



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR A PARTIR DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Viviane Noemia de Barros; Josias Pedro da Silva; Josefa Josiane Nascimento de Lima.

*Universidade Federal de Pernambuco, viviane892011@hotmail.com; Universidade Federal de Pernambuco,  
josias\_pedro\_2007@hotmail.com; Universidade Federal de Pernambuco, jjosianellima@gmail.com*

**Resumo:** Neste trabalho buscamos compreender com que frequência a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos contextos da Educação do Campo tem sido abordada nas produções acadêmicas publicadas após a homologação das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, fizemos um levantamento dos trabalhos publicados nos GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos), GT06 (Educação Popular) e GT18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas) nas últimas cinco edições da Reunião Anual da ANPED compreendidas no período em foco. Escolhemos a ANPED por entendermos que trata-se de um espaço privilegiado para veiculação de pesquisas em educação. O levantamento mostrou que o número de produções acadêmicas que articulam a EJA com a Educação do Campo é incipiente, evidenciando que se trata de um campo de pesquisa pouco explorado.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Diretrizes Operacionais.



## Introdução

Historicamente, no Brasil a oferta de educação restringia-se às populações urbanas. Assim, enquanto a cidade se fortalecia enquanto espaço privilegiado de produção de conhecimento, o campo era visto como lugar não civilizado, arcaico, cujos povos não necessitavam de educação para desempenhar suas tarefas diárias do campesinato. Apenas a partir da década de 1930 é que se começou a pensar educação voltada às populações camponesas e, mesmo assim, se tratava de uma resposta do poder público às demandas da industrialização que se instalava no campo.

Assim, o exercício do pensar não era compreendido neste modelo de educação que se limitava ao desenvolvimento de habilidades técnicas requeridas pelo trabalho industrial no campo, fazendo com que os saberes populares fossem subalternizados.

Diante dessa configuração social, discussões desencadeadas pelos movimentos sociais se articulam para mudar essa realidade. Experiências educacionais camponesas começam a apontar possibilidades de práticas pedagógicas que contemplavam as reais necessidades dos sujeitos camponeses. A partir da década de 1990, com a redemocratização do Brasil a luta por uma Educação Básica do Campo se fortalece e com ela a luta pelo reconhecimento e conquista de direitos se projeta como uma utopia possível.

O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, marca o início dessas discussões e posterior a ele, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, da qual participaram os movimentos sociais, além de instituições parceiras, organizações governamentais e não-governamentais como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) (FREITAS, 2011). Na ocasião foram debatidas as especificidades do campo e os problemas presentes nesse espaço, dentre eles a escolarização de seus sujeitos.

Com objetivo de fortalecer a luta por uma Educação do Campo e caminhar na direção de inserir o campo na agenda política do país, os movimentos sociais, juntamente com demais organizações promotoras e parceiras da conferência, instituíram um novo movimento nomeado de Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

As principais conquistas obtidas a partir das mobilizações foram constituídas anos depois. Lemos (2013) e Freitas (2011, p.6) apontam A Resolução CNE/CEB nº 36/2002, que





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

instituiu as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, como uma dessas conquistas. Para a última autora, a referida resolução “[...] reveste-se de especial importância, porque a educação para o meio rural pouquíssimas vezes obteve diretrizes específicas na legislação, ocupando sempre uma posição marginal” (FREITAS, 2011, p.6).

Além disso, há na referida legislação uma certa preocupação concernente ao acesso à educação por pessoas que tiveram esse direito negado. No Art. 6º, é dito que:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2002, p. 1).

Dessa maneira, fica posto ao Poder Público a Responsabilidade com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do campo. A importância deste tópico está relacionada com o grande número de Jovens e Adultos camponeses sem escolarização, como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) ao mostrarem que a taxa de analfabetismo entre os adultos camponeses é de 23,2 %, enquanto nas regiões urbanas chega a 7,3% (ARAÚJO, 2012).

Assim, a EJA também se constitui como parte da luta por uma Educação do Campo, pois de acordo com Vargas (2014, p. 4), “a Educação do Campo surge, principalmente, pela falta de escola no campo e pelas dificuldades apresentadas pelas crianças, jovens e adultos de frequentar qualquer escola, devido às distâncias, falta de transportes etc” (VARGAS, 2004, p. 4).

No contexto da Educação do Campo, a EJA é identificada como um caminho de reconhecimento do direito à educação de todos os sujeitos, como um espaço em que se luta pela transformação do campo e de seus povos, um espaço de afirmação e resistência à cultura que subalterniza o território camponês. A EJA perpassa, dessa maneira, a simples escolarização, conforme aponta Oliveira (2012):

As práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais camponeses apontam uma perspectiva de EJA para além da escolarização, considerando os aprendizados que os trabalhadores vão adquirindo por meio de suas experiências de lutas e de trabalho, sem negar a importância fundamental da educação escolar como espaço privilegiado de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade (ARAÚJO, 2012, p. 256).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Nesta perspectiva, a EJA consiste tanto em uma possibilidade de acabar com o analfabetismo em jovens e adultos do campo, quanto em uma frente de luta e resistência por um novo projeto de campo e de sociedade que só será construído por meio de uma formação voltada a emancipação humana do sujeito que aprende.

Todavia, para que a formação propiciada pela EJA contemple a dimensão humana, é imprescindível que esta modalidade de ensino tenha em vista a diversidade do público ao qual se destina, para que assim, possa contemplar as diversidades dos seus sujeitos educativos.

As Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos apontam esta necessidade. No Art. 2º, está disposto que:

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, *contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes*, proporcionando a conjugação de políticas públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida (BRASIL, 2010, p. 2, grifo nosso).

No contexto da Educação do Campo, contemplar a diversidade dos sujeitos implica levar em consideração suas vivências, suas lutas, inquietações e objetivos. Neste sentido, as Diretrizes orientam sobre a importância da valorização dos sujeitos aprendizes como sujeitos epistêmicos, dotados de saberes adquiridos a partir de suas vivências.

Tendo em vista a importância das Diretrizes para a EJA e, particularmente, para a EJA nos contextos camponeses, acreditamos que a promulgação do referido documento pode ter suscitado investigações acerca da Educação de Jovens e Adultos em contextos camponeses. Assim, no quadro deste trabalho, nos interessamos em compreender *como EJA tem se configurado em territórios do Campo nas produções acadêmicas publicadas após a homologação das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. No primeiro momento, no quadro deste trabalho, buscamos identificar com que frequência a Educação de Jovens e Adultos nos contextos da Educação do Campo tem figurado em produções acadêmicas publicadas após a homologação das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Deste, decorrem os seguintes objetivos específicos: (1) mapear nas reuniões da ANPED os trabalhos relacionados à Educação de Jovens e Adultos; (2) identificar os trabalhos que discutem a Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação do Campo.

### **Procedimentos metodológicos**





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Partimos de um levantamento das produções que abordam a EJA nos contextos da Educação do Campo nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Entendemos que a ANPED por ser uma associação de grande visibilidade e tradição no campo da pesquisa e pela abrangência no alcance de seus associados, tornando-se assim em um espaço privilegiado para veiculação de pesquisas em educação.

A EJA nos contextos da Educação do Campo pode aparecer em trabalhos que discutem sobre Educação do Campo, assim como em estudos que abordam a EJA. Assim, para selecionar os trabalhos sobre Educação do Campo, fazemos uma busca em dois Grupos de Trabalho (GT), levando em consideração sua aproximação com esta temática: GT03, Movimentos Sociais e Educação e o GT06, Educação Popular. Para tratar da EJA, optamos por fazer um levantamento a partir dos trabalhos publicados no GT18, Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Como dito anteriormente, estabelecemos um intervalo temporal para estruturar nosso mapeamento que vai da 33ª Reunião Anual, ocorrida em 2010, ano em que foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, até 37ª reunião que é a mais recente, ocorrida em 2015. Dessa forma, efetuamos a leitura dos resumos dos trabalhos publicados no GT03, GT06 e GT18 nas últimas cinco Reuniões Anuais da ANPED e selecionamos aqueles que abordam a temática para ler o trabalho completo.

### **GT18: Educação de pessoas Jovens e Adultas**

O GT18 compreende trabalhos que discutem temáticas atreladas à Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Assim, mapeamos as produções que discutem especificamente sobre a EJA e, posteriormente, buscamos observar quais dessas discutem a EJA nos contextos da Educação do Campo.

Na 33ª Reunião Anual da ANPED, realizada em 2010 foram publicados 13 trabalhos, dos quais 10 abordam a EJA. Percebemos que as temáticas envolvendo a Educação de Pessoas Jovens e Adultas são diversificadas e de grande relevância. Todavia, apenas 1 trabalho discute a Educação de Jovens e Adultos nos contextos da Educação do Campo, sendo ele: *Os sentidos da formação profissional para os lavradores do entorno do IFES-Campus Itapina* (SANTOS, 2010). O referido estudo apresenta as principais dificuldades que os povos do campo enfrentam no seu processo de escolarização, principalmente quando se trata de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

escolarização de jovens e adultos, visto que muitas vezes a escola não se adequa ao modo de vida de seus estudantes.

Na 34ª *Reunião Anual da ANPED* o GT18 registrou 16 trabalhos, dos quais 14 versam sobre a EJA. Assim como na reunião anterior, observou-se a presença de temáticas diversificadas e importantes, porém nenhuma delas compreendem a EJA em articulação com a Educação do Campo.

Por sua vez, a 35ª *Reunião*, no que se refere ao GT18, compreendeu 16 trabalhos, sendo que 14 deles abordam a EJA como temática principal. Todavia, novamente não houve registro de trabalhos que buscassem discutir a EJA em contextos camponeses.

No que se refere a 36ª *Reunião*, no referido GT figuraram 12 produções. Destas, 11 discutem sobre a EJA articulada com temas diversificados. No entanto, apenas um trabalho aborda a EJA nos contextos da Educação do Campo, sendo este: *O MOBRAL e as vozes dos sujeitos sertanejos, após quatro décadas* (SILVA; FREITAS, 2013).

Nesse trabalho, os autores discorrem acerca do MOBRAL que foi um movimento de alfabetização que imperou entre a década de 60 e 80. O estudo discute a cerca dos sentidos e significados que o MOBRAL teve para a vida desses sertanejos, se a participação nesse programa contribuiu para a continuidade dos estudos dessas pessoas.

O estudo apontou que o MOBRAL significou melhoria de vida e representou a primeira oportunidade de alfabetização, de acordo com os sujeitos participantes da pesquisa. No entanto, Silva e Freitas (2013) destacam que a metodologia do MOBRAL seguia uma lógica que reforçava o modelo capitalista e não proporcionava uma formação emancipatória.

Já na 37ª *Reunião*, 23 estudos figuraram no GT em foco. Dentre eles, 21 discutem a EJA em articulação com outros temas e 2 trabalhos abordam a EJA nos contextos da Educação do Campo, sendo eles: *Entre esforços e paixões: Trajetórias dos sertanejos que lutaram pela continuidade dos estudos na época do MOBRAL* (FREITAS; SILVA, 2015) e *A Educação de Jovens e Adultos no território do Sisal – Bahia: o sertão pode virar um mar de letras* (NUNES; SANTOS, 2015).

Freitas e Silva (2015) discutem as trajetórias de sertanejos alfabetizados no Programa de Alfabetização Funcional (PAF) implementado em 1970 pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e que deram continuidade aos estudos por meio do Programa de Educação Integrada (PEI), criado, também, pelo referido Movimento. Os autores também enfatizam os avanços na alfabetização dos sujeitos camponeses que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) proporcionou. Além disso, o estudo também aponta as dificuldades inerentes à continuidade dos estudos por parte dos sujeitos camponeses, uma vez





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

que o PEI funcionava em áreas urbanas, restringindo a participação para apenas aqueles que residiam em tais áreas ou próximo a elas. Por sua vez, Nunes e Santos (2015) apontam os impasses históricos, sociológicos e econômicos que afetam a EJA em seis municípios do semiárido baiano. Os autores apontam que um levantamento realizado pelo Observatório de Educação de Jovens e Adultos do território do Sisal revela a falta de bibliotecas, laboratórios e mesmo de equipamentos essenciais para a formação de estudantes nesse território. No entanto, segundo consta na pesquisa, nos últimos anos, vêm sendo realizados esforços importantes, pelos movimentos sociais em parceria com outras organizações como a universidade pública, no sentido de efetivar a Educação no Campo.

É possível observar que as produções que discutem EJA nos contextos da Educação do Campo são incipientes. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de trabalhos em abordam o referido tema em relação ao total de trabalho por edição da Reunião anual da ANPED.

**Quadro 1:** Quantitativo de trabalhos por área de discussão – GT18

<b>REUNIÃO</b>	<b>EJA</b>	<b>EJA NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO</b>	<b>TOTAL DE TRABALHOS</b>
<b>33<sup>a</sup></b>	11	1	13
<b>34<sup>a</sup></b>	14	0	16
<b>35<sup>a</sup></b>	13	0	16
<b>36<sup>a</sup></b>	11	1	12
<b>37<sup>a</sup></b>	21	2	23
<b>TOTAL</b>	70	4	80

Fonte: Acevo da pesquisa

A Tabela 1 mostra que das 80 produções publicadas nas últimas cinco edições da Reunião anual da ANPED, 70 abordam a EJA em contextos diversos. Este quantitativo é esperado tendo em vista que o GT18 reúne trabalhos relativos à Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Toda via, observamos dentre os 70 trabalhos que discutem a EJA, apenas 4 o fazem em articulação com a Educação do Campo. Além disso, nas 34<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> Reunião não houve nenhum trabalho referente a este tema.

**GT03: Movimentos Sociais e Educação/Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos**



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Dentre os trabalhos publicados no GT03, buscamos saber quais discutem sobre a Educação do Campo e, dentre estes, quais produções abordam a EJA.

Na 33ª Reunião Anual da ANPED, foram publicados 12 trabalhos no referido Grupo de Trabalho. Dentre eles, 5 discutem a Educação do Campo a partir de diferentes abordagens. Porém, não figuraram trabalhos que discutem a EJA em articulação com a Educação do Campo.

Já na 34ª Reunião, o referido GT registrou 17 trabalhos apresentados, dentre os quais 11 se caracterizam por discutir a Educação do Campo. Apenas 1 trabalho, publicado nesta edição da Reunião no referido grupo, aborda a EJA em um contexto camponês, sendo ele: *Economia solidária e reforma agrária: refletindo sobre a educação nos movimentos sociais a partir da aprendizagem dialógica* (PEREIRA, 2011). Em seu trabalho, a autora discute o empreendimento de alimentos agroecológicos por assentados rurais evidenciando as contradições e possibilidade relacionadas ao modo de produção capitalista. O estudo, a partir de relatos de experiências não exitosas que os assentados tiveram com a EJA, busca refletir sobre a importância desta modalidade estar em articulação com as demandas socioculturais e identitárias dos sujeitos aos quais se destina, dos assentados enquanto experiências frustrantes.

Na 35ª Reunião foram publicados 15 trabalhos, sendo que 6 discutem sobre Educação do Campo a partir de diferentes temáticas. Destes, 1 estudo articula tal discussão com a EJA, sendo ele: *A Relação de Saberes na construção da Prática Educativa do MST na Amazônia Paraense* (LIMA, 2012). A autora trata das práticas educativas das escolas com foco a Educação de Jovens e Adultos em assentamentos do MST, discutindo, as relações de saberes construída na escola de assentamento no que concernem as práticas educativas e sociais fazendo referência aos saberes formais e saberes vivenciados.

Em relação a 36ª Reunião, foram publicados 8 trabalhos no referido GT, sendo 2 sobre Educação do Campo. Porém, nenhum trabalho publicado nesta edição da Reunião no GT em foco abordou a Educação de Jovens e Adultos, tampouco em contexto camponês.

No que se refere a 37ª Reunião, foram publicados 21 trabalhos no GT0. Dentre eles, 11 versam sobre Educação do Campo. Destes, 1 estudo aborda a EJA e é intitulado *Trajatórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra* (BRITO; COSTA; AQUINO, 2015). O autor e as autoras discutem a EJA a partir de um olhar sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), atuando em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfocando a trajetória das mulheres no processo de leitura e escrita na EJA.





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

O levantamento mostrou que produções que discutem sobre Educação do Campo figuram com certa frequência no GT03, já que 35 das 73 produções publicadas neste grupo contemplam a referida temática, como mostra a tabela a seguir.

**Quadro 2:** Quantitativo de trabalhos por área de discussão– GT03

REUNIÃO	EDUCAÇÃO DO CAMPO	EJA NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	TOTAL DE TRABALHOS
33 <sup>a</sup>	5	0	12
34 <sup>a</sup>	11	1	17
35 <sup>a</sup>	6	1	15
36 <sup>a</sup>	2	0	8
37 <sup>a</sup>	11	1	21
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>3</b>	<b>73</b>

Fonte: Acevo da pesquisa

A tabela também mostra que, assim como no GT18, as produções que articulam a EJA com a Educação do Campo são incipientes no GT03 nas últimas cinco edições da Reunião Anual da ANPED. Mesmo se tratando de um Grupo de Trabalho com maior abertura para estudos ligados à Educação do Campo, a EJA parece não ser muito considerada em pesquisas sobre este tema.

### **GT06: Educação Popular**

Na 33<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPED, ocorrida em 2010, encontramos 10 trabalhos apresentados no GT06. Apesar destes trabalhos discutirem temáticas bem diversas, nenhum discute Educação do Campo e, conseqüentemente, não aborda a EJA nos contextos da Educação do Campo.

No que se refere a 34<sup>a</sup> Reunião, também foram publicados 10 trabalhos no referido GT, sendo 1 deles relativos à temática Educação do Campo. Todavia, muito embora as temáticas novamente se diversifiquem, não figuraram trabalhos que se propuseram a discutir a EJA em articulação com a Educação do Campo.

Concernente a 35<sup>a</sup> Reunião, houve 13 publicações de trabalhos, dentre os quais 1 aborda a Educação do Campo e 1 discute a EJA nos contextos da Educação Popular. Assim, mesmo entendendo a aproximação entre Educação Popular e Educação do Campo, assim



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

como nas Reuniões anteriores, nesta edição não foram publicados trabalhos especificamente sobre a EJA na Educação do Campo.

Na 36ª Reunião foram publicados 12 estudos, sendo 2 sobre a Educação do Campo. No entanto, não figuraram trabalhos com EJA e Educação do Campo como temática.

Já no que se refere a 37ª Reunião, dos 18 trabalhos publicados na referida edição, 2 abordam a Educação do Campo, mas não relaciona com a EJA. 1 trabalho discute como a EJA compreende algumas premissas da Educação Popular como a autonomia, participação e emancipação. Porém, o referido trabalho não articula sua discussão com a Educação do Campo.

Apesar da aproximação da Educação Popular com a Educação do Campo, o GT06 registrou apenas 6 produções sobre Educação do Campo. Este Grupo também registrou o menor número de trabalhos que articulam a EJA com a Educação do Campo, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 3:** Quantitativo de trabalhos por área de discussão– GT06

REUNIÃO	EDUCAÇÃO DO CAMPO	EJA NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	TOTAL DE TRABALHOS
33ª	0	0	10
34ª	1	0	10
35ª	1	1	13
36ª	2	0	12
37ª	2	1	18
<b>TOTAL</b>	6	2	63

Fonte: Acevo da pesquisa

De acordo com a tabela, dos 63 trabalhos publicados no GT06 nas cinco últimas Reuniões anuais da ANPED, apenas 2 trabalhos abordam a EJA nos contextos da Educação do Campo. Além disso, observamos que no GT18 5% dos trabalhos publicados da 33ª a 37ª Reunião articulam a EJA com a Educação do Campo. Já no GT03, o percentual de trabalhos sobre esta mesma temática publicados no referido período é de 4,28%, enquanto no GT06 o percentual é de 3,17 %.

## Conclusões

(83) 3322.3222  
contato@conedu.com.br  
[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A Educação de Jovens e Adultos se constitui como uma possibilidade de promover acesso à educação de pessoas que historicamente tiveram o direito a educação negado. Nos contextos da Educação do Campo, a EJA perpassa a ideia de modalidade de oferta de educação, pois é vista também como uma alternativa de luta por um novo projeto de campo e de sociedade.

O estudo mostrou que tanto a EJA quanto a Educação do Campo têm se consolidado no campo das produções acadêmicas. No entanto, no que se refere a produções que articulam esses dois campos, percebemos que há um número baixo de publicações. Entendemos que a ANPED, apesar de ser um espaço privilegiado para divulgação de pesquisas em educação, não é o único veículo de socialização de trabalhos acadêmicos e que é bem provável que outras produções relacionadas a EJA no Campo veiculem em outros ambientes. Todavia, os resultados do presente estudo apontam para uma possível incipiência nas pesquisas voltadas a discussões sobre a EJA nos contextos da Educação do Campo.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos nos contextos da Educação do Campo consiste em um campo de pesquisa promissor e ao mesmo tempo desafiador, tendo em vista a complexidade das variáveis que podem emergir a partir dessa articulação.

Em um segundo momento, iremos analisar qual(is) a(s) perspectiva(s) de formação discutida nas produções que versam sobre a EJA nos contextos da Educação do Campo. Esta reflexão será fruto de publicações futuras.

## Referência

ARAÚJO, M. N. R. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 252-258.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 01 de 03 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2002.  
FREITAS, H. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, M.; FREITAS, H. (Orgs.) Educação do Campo, **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n.º.85, p. 1-177, abr., 2011.

LEMOS, G. T. **Os saberes dos Povos Camponeses tratados nas Práticas Curriculares de escolas localizadas no território rural de Caruaru-PE**. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Recife, 2013.

VARGAS, M. C. Uma história em construção: EJA no campo. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em:  
<[http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/saltofuturo\\_eja\\_set2004\\_progr4.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/saltofuturo_eja_set2004_progr4.pdf)>. Acesso em: 04 de julho de 2016.